

Recebido: 10/10/2025 ■ Aprovado: 18/10/2025 ■ Publicado: 24/10/2025

A Escola pública como Pilar na Formação Cidadã e na superação das desigualdades

Aline Maria Hergesel Oyakawa¹

Resumo: Este artigo discute o papel fundamental da escola na formação cidadã e na superação das desigualdades sociais, destacando a importância de regras claras, vínculos afetivos, e do trabalho colaborativo com famílias e instituições. A partir de um relato de experiência com uma aluna em acolhimento institucional, evidencia-se como o acolhimento, o cuidado contínuo e a mediação entre escola e lar de acolhimento transformaram sua trajetória. Embasado em autores como Paulo Freire, Vygotsky, Montessori e Arendt, o texto defende que a escola deve ser espaço de pertencimento, empatia e segurança emocional, especialmente em contextos de vulnerabilidade. Discute-se ainda a relevância da atuação de equipes multiprofissionais, conforme a Lei Federal nº 13.935/2019, e o uso responsável da tecnologia, à luz da Lei Estadual nº 15.110/2025. Destaca-se o papel do professor e da gestão escolar na construção de ambientes democráticos, bem como o impacto positivo de práticas educativas estruturadas em regras e valores. A escola, portanto, é vista como instrumento de transformação social e promotora de equidade, preparando cidadãos conscientes e comprometidos com uma sociedade mais justa.

Palavras-chave: Formação cidadã. Regras de convivência. Desigualdade social. Pertencimento escolar. Educação pública.

Public School as a Pillar in Citizenship Education and in Overcoming Inequalities

Abstract: This article discusses the fundamental role of the school in civic education and in overcoming social inequalities, highlighting the importance of clear rules, affective bonds, and collaborative work with families and institutions. Based on an experience report involving a student in institutional care, it shows how welcoming, continuous care, and mediation between school and shelter transformed her trajectory. Grounded in authors such as Paulo Freire, Vygotsky, Montessori, and Arendt, the text argues that the school should be a space of belonging, empathy, and emotional security, especially in contexts of vulnerability. It also discusses the relevance of the work of multidisciplinary teams, in accordance with Federal Law No. 13.935/2019, and the responsible use of technology, in light of State Law No. 15.110/2025. The role of teachers and school management in building democratic environments is emphasized, as well as the positive impact of educational practices structured around rules and values. The school is thus seen as an instrument of social transformation and a promoter of equity, preparing conscious citizens committed to a fairer society.

Keywords: Civic education. Rules of coexistence. Social inequality. School belonging. Public education.

La Escuela Pública como Pilar en la Formación Ciudadana y en la Superación de las Desigualdades

¹ Secretaria da Educação do Estado de São Paulo — Sorocaba (SP), Brasil. ✉ alineoyakawaprof@hotmail.com - Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2710309199946781>.

Resumen: Este artículo discute el papel fundamental de la escuela en la formación ciudadana y en la superación de las desigualdades sociales, destacando la importancia de reglas claras, vínculos afectivos y el trabajo colaborativo con familias e instituciones. A partir de un relato de experiencia con una alumna en acogimiento institucional, se evidencia cómo la acogida, el cuidado continuo y la mediación entre la escuela y el hogar de acogida transformaron su trayectoria. Basado en autores como Paulo Freire, Vygotsky, Montessori y Arendt, el texto defiende que la escuela debe ser un espacio de pertenencia, empatía y seguridad emocional, especialmente en contextos de vulnerabilidad. También se discute la relevancia de la actuación de equipos multiprofesionales, conforme a la Ley Federal nº 13.935/2019, y el uso responsable de la tecnología, a la luz de la Ley Estatal nº 15.110/2025. Se destaca el papel del profesorado y de la gestión escolar en la construcción de ambientes democráticos, así como el impacto positivo de prácticas educativas estructuradas en reglas y valores. La escuela, por tanto, se ve como un instrumento de transformación social y promotora de la equidad, preparando ciudadanos conscientes y comprometidos con una sociedad más justa.

Palabras- clave: Formación ciudadana. Reglas de convivencia. Desigualdad social. Pertenencia escolar. Educación pública.

1- Introdução

Em um cenário marcado por desafios sociais, educacionais e emocionais cada vez mais complexos, a escola pública consolida-se como um espaço de acolhimento, proteção e formação cidadã. Mais do que transmitir conteúdos, ela promove a convivência social. Ao longo da minha trajetória como educadora e gestora escolar, testemunhei diariamente o impacto transformador de um ambiente estruturado por valores, regras claras e relações respeitadas. É nesse espaço coletivo que a criança aprende a ser sujeito do mundo, desenvolvendo sua autonomia, responsabilidade e sentido de pertencimento.

Diante desse contexto, este estudo busca responder à seguinte questão de pesquisa: Como a escola pública pode atuar como espaço de pertencimento e transformação social para crianças em situação de vulnerabilidade, por meio de práticas educativas estruturadas em regras, vínculos afetivos e parcerias institucionais?

Um caso emblemático foi o de uma aluna, com aproximadamente 10 anos, em situação de acolhimento institucional. Chegou à escola com comportamento agressivo, desafiador e resistência à criação de vínculos afetivos. Por trás dessa hostilidade, uma história marcada por traumas, negligência e abandono afetivo. Utilizamos estratégias diversas, escuta empática, mediação de conflitos, apoio psicológico e intervenções pedagógicas, mas o diferencial foi a persistência e,

sobretudo, a parceria estreita com o lar de acolhimento. O trabalho conjunto entre escola e instituição alinhou estratégias, possibilitou compreender contextos e ofereceu à aluna uma rede segura de cuidado e afeto. Com limites firmes e cuidado contínuo, gradativamente, ela aprendeu a confiar, a sentir-se pertencente e a conviver com seus pares sem recorrer à violência. Sua trajetória testemunha que educar é um ato de resistência, em que o vínculo e a colaboração são a base da verdadeira inclusão.

2- Metodologia

A metodologia adotada neste estudo é a análise documental, com o objetivo de investigar como a escola pública pode atuar como espaço de formação cidadã e superação das desigualdades sociais. A pesquisa se fundamenta na leitura crítica de documentos oficiais, legislações educacionais e textos teóricos que orientam práticas pedagógicas voltadas à equidade e à inclusão. Entre os documentos analisados estão a Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017), que destaca competências socioemocionais como parte da formação integral; a Lei Federal nº 13.935/2019, que regulamenta a atuação de psicólogos e assistentes sociais na rede pública de educação básica; e a Lei Estadual nº 15.110/2025, que estabelece diretrizes para o uso responsável da tecnologia nas escolas públicas. Também são consideradas as Resoluções SEDUC nº 48 e 49/2019, que instituem o Programa CONVIVA SP, voltado à promoção da convivência e da colaboração no ambiente escolar.

O estudo é sustentado por referenciais teóricos de autores como Paulo Freire, Vygotsky, Montessori, Arendt, Piaget e Freinet, cujas obras discutem a educação como prática social, afetiva e transformadora. A análise é orientada por categorias como pertencimento escolar, regras de convivência, educação como ato político e afetivo, e parceria escola-família, permitindo compreender como os documentos expressam e sustentam práticas educativas que promovem cidadania e justiça social.

3- O Papel da Escola no Desenvolvimento Integral

Desde os primeiros anos, a escola funciona como cenário de aprendizagem onde as crianças são introduzidas às normas sociais, às interações interpessoais e à compreensão de regras e limites. Esses aspectos são essenciais para a formação da autonomia e para garantir a segurança emocional,

física e mental necessárias ao desenvolvimento saudável. Conforme Piaget (1997), é por meio das interações sociais que as crianças constroem uma compreensão profunda de regras e valores, tornando-se indivíduos autônomos.

Na minha experiência como professora do ciclo II (6º ao 9º ano), sempre considerei a escola como o primeiro contato social estruturado além do ambiente familiar. No entanto, ao atuar na gestão de uma escola que também atende o ciclo I, tornou-se ainda mais evidente a importância desse contato inicial para a formação cidadã. Os alunos que ingressam no 6º ano já apresentam uma base cidadã significativamente mais consolidada, reflexo direto do trabalho conjunto de professores e gestão escolar no ciclo I. Essa “base cidadã” construída desde o 1º ano é fundamental para o desenvolvimento das habilidades socioemocionais, do respeito às regras e ao coletivo, assim como para o exercício equilibrado da autonomia.

Quando normas e limites são claramente estabelecidos, o ambiente escolar transforma-se em espaço seguro, no qual a criança aprende a lidar com frustrações, a respeitar o outro e a assumir responsabilidades. Montessori (1996) enfatiza que “a disciplina deve vir através da liberdade”, ressaltando a importância de um ambiente estruturado e respeitoso para o desenvolvimento pleno.

3.1- Construindo o Pertencimento e a Cidadania

O sentimento de pertencimento à comunidade escolar é fundamental na formação de crianças e jovens. Sentir-se parte desse ambiente estimula princípios como empatia, respeito e cooperação. Freire (1996) salientou que “a educação não transforma o mundo. Educação muda pessoas. Pessoas transformam o mundo.” É na escola que o futuro cidadão compreende a relevância do coletivo, do diálogo e do trabalho em equipe, competências essenciais para uma convivência harmoniosa.

Essa perspectiva encontra respaldo na Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017), que orienta o desenvolvimento de competências socioemocionais como parte da formação integral, destacando valores como empatia, respeito mútuo, responsabilidade e colaboração para a convivência democrática.

As regras de convivência exercem papel crucial nesse processo. Hannah Arendt (2007) argumenta que “a responsabilidade da educação é introduzir as crianças no mundo, preservando o que é comum e garantindo sua renovação.” Assim, normas criam ambiente de ordem e

previsibilidade, no qual os alunos aprendem a equilibrar direitos e deveres e a compreender o impacto de suas ações no coletivo.

No estado de São Paulo, programas como o CONVIVA SP (Resoluções SEDUC 48 e 49/2019) fortalecem a articulação entre convivência, segurança e apoio psicossocial, promovendo ambientes colaborativos e solidários que favorecem a aprendizagem e o desenvolvimento integral.

Ademais, a gestão escolar desempenha papel relevante ao fomentar o pertencimento não só dos alunos, mas também dos educadores. Freinet (1987) destaca que a construção de uma comunidade educacional baseada na cooperação e valorização mútua fortalece o engajamento dos professores e sua capacidade de transmitir valores aos estudantes.

3.2- Escola e Família: Uma Parceria Necessária

A transformação social promovida pela escola é mais efetiva quando há parceria sólida com as famílias. Teixeira (1997) defende que a educação deve ser “uma ponte entre a escola e a vida”, enfatizando o alinhamento entre práticas pedagógicas e valores familiares. Essa colaboração reforça a aplicação dos princípios escolares, como: respeito, responsabilidade, solidariedade em diversos contextos.

A participação ativa das famílias na vida escolar reforça o pertencimento das crianças e jovens, contribuindo para sua segurança emocional, autoestima e desempenho acadêmico. Escola e família, trabalhando juntas, criam uma rede de apoio que impulsiona o desenvolvimento integral dos estudantes, reafirmando a educação como responsabilidade compartilhada.

Contudo, em contextos de vulnerabilidade social, nem todas as crianças contam com suporte familiar adequado. Nesses casos, a escola amplia suas funções para acolhimento e orientação. Paulo Freire (1996) entende que a escola, nesse momento, deve ser “um ato de amor e coragem”, oferecendo instrumentos para que os alunos superem desigualdades.

Para esses estudantes, a escola pode ser o principal ou talvez o único espaço estruturado onde encontrem regras claras, segurança emocional e oportunidades de desenvolvimento. Gestão escolar, professores e profissionais atuam como referências e suporte. Ao valorizar pertencimento, inclusão e respeito, a escola supre lacunas do apoio familiar e promove resiliência e esperança.

A Lei Federal 13.935/2019 representa avanço significativo ao prever a atuação de psicólogos e assistentes sociais nas redes públicas de educação básica, permitindo que as escolas contem com profissionais especializados para lidar com aspectos emocionais, sociais e familiares que afetam aprendizagem e convivência (Brasil, 2019).

Assim, embora a parceria entre escola e família seja ideal, é fundamental reconhecer o papel ampliado das instituições em contextos vulneráveis. Investir na infraestrutura e nas práticas pedagógicas dessas escolas é investir em transformação social e quebra de ciclos de exclusão, garantindo futuro promissor para crianças e adolescentes.

3.3 Educação como Ferramenta Contra a Desigualdade

A desigualdade social é fator central que agrava a violência e perpetua marginalização. Nesse contexto, a escola destaca-se como instrumento poderoso de transformação social. Adorno (1999) afirmou que “a principal tarefa da educação é evitar que o horror se repita”, enfatizando a importância de oferecer oportunidades igualitárias que promovam dignidade e cidadania.

A privação do acesso a direitos fundamentais educação, saúde, segurança coloca crianças em situação vulnerável, comprometendo desenvolvimento individual e afetando a sociedade como um todo, reforçando exclusão.

A escola estruturada com regras claras e suporte emocional torna-se ambiente acolhedor e propício ao aprendizado. Vygotsky (1998) destaca que “é na interação social que o indivíduo se desenvolve”, reafirmando o papel da escola como mediadora do aprendizado e da formação social.

4- Saúde Emocional e Uso Responsável da Tecnologia: Desafios Contemporâneos

A convivência escolar atual exige atenção aos aspectos emocionais e digitais que impactam o desenvolvimento dos estudantes. A saúde mental figura como preocupação crescente, especialmente em contextos de desigualdade, luto, trauma e instabilidade. Espaços de escuta ativa, acolhimento e vínculo são essenciais para a segurança emocional dos alunos. A atuação de equipes

multiprofissionais, conforme a Lei 13.935/2019 (Brasil, 2019), potencializa a compreensão dos fatores subjetivos que atravessam o processo educativo.

Paralelamente, o avanço tecnológico impõe desafios ao ambiente escolar: uso excessivo ou inadequado de dispositivos digitais pode gerar conflitos, isolamento ou exposição indevida. A Lei Federal nº 15.100, de 13 de janeiro de 2025, regulamentada pelo Decreto nº 12.385/2025, estabelece diretrizes para o uso responsável das tecnologias digitais nas escolas públicas (São Paulo, 2025). Além de prevenir conflitos e promover uso ético das redes, reforça a mediação entre escola, estudantes e famílias. Educar para o uso crítico e seguro das mídias digitais é hoje responsabilidade coletiva essencial para formar cidadãos conscientes também no mundo virtual.

4.1- O Papel dos Professores e da Gestão Escolar

Os professores desempenham papel fundamental no processo educacional, atuando como modelos para os estudantes. Sua postura, atitudes e relação com os alunos refletem os valores que a escola deseja transmitir. Relações baseadas em respeito, escuta ativa e justiça ensinam na prática a importância desses princípios para a vida social.

A gestão escolar assume responsabilidade ainda maior, criando ambiente saudável para alunos, professores e demais profissionais. Um corpo docente pertencente à comunidade escolar está mais engajado, motivado e preparado para exercer seu papel formador. Essa sinergia fortalece os vínculos comunitários, tornando a escola um espaço verdadeiramente transformador.

4.2- Educação Integral: Formação Além do Conteúdo Acadêmico

Uma escola voltada para transformação social vai além do ensino tradicional, integrando atividades que desenvolvam as dimensões física, emocional, ética e cultural dos estudantes. As regras e limites oferecem estrutura para que essas atividades ocorram de forma organizada e respeitosa.

Projetos extracurriculares, esportes, artes, ações comunitárias são espaços onde os alunos aplicam na prática valores como cooperação, empatia, responsabilidade e trabalho em equipe. Segundo Freinet (1987), “a escola deve ser um lugar de vida e trabalho”, onde as crianças experimentam o mundo de modo significativo.

Essas iniciativas despertam talentos, fortalecem a autoconfiança e demonstram como as normas são fundamentais para o protagonismo juvenil. Os estudantes aprendem que respeitar regras e conviver harmoniosamente são habilidades indispensáveis para fazer a diferença em suas comunidades, reforçando o papel da escola como espaço de formação integral.

5- A Escola como Alicerce de Uma Sociedade Mais Justa

A educação de qualidade é uma das ferramentas mais eficazes para reduzir desigualdades e transformar a sociedade. Uma escola que promove respeito, equidade e inclusão, fundamentada em regras claras e justas, torna-se ambiente de aprendizado acadêmico e de formação cidadã, consciente e responsável.

Normas de convivência bem definidas criam espaço acolhedor e seguro, onde todos conhecem seus direitos e deveres, promovendo convivência harmoniosa. Elas internalizam valores como empatia, respeito à diversidade e responsabilidade, aplicáveis além dos muros escolares.

Quando crianças de todas as origens sociais têm acesso a ambiente que alia apoio emocional, regras claras e gestão comprometida, a escola atua como motor de mobilidade social. Nesse contexto, os estudantes desenvolvem potencial acadêmico e crescem como cidadãos preparados para contribuir com sociedade justa e equilibrada.

O impacto das normas extrapola a escola, moldando comportamentos em comunidades e futuros ambientes profissionais. Elas ensinam que cooperação, responsabilidade e respeito são pilares da vida social. Ao lidar com consequências de suas escolhas em ambiente estruturado, os alunos tornam-se cidadãos conscientes, aptos a construir futuro inclusivo e harmonioso.

Investir na escola como espaço de convivência, pertencimento e transformação social é investir em sociedade mais justa e equitativa. Freire (1996) ressalta que “não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino”, portanto a educação deve promover reflexão e transformação contínuas.

Conclusão

A escola é, por excelência, o espaço onde se constroem pontes: entre saberes e valores, infância e cidadania, vulnerabilidade e oportunidade. O presente artigo destacou que regras claras,

vínculos afetivos, escuta ativa e trabalho colaborativo com famílias e instituições são pilares para o desenvolvimento integral.

Em contextos de exclusão social, a escola amplia seu papel, tornando-se espaço de resistência, acolhimento e esperança. Educadores que não desistem dos estudantes, gestores que constroem redes de apoio e ações pedagógicas intencionais fazem do processo educativo uma ferramenta transformadora.

Dessa forma, respondendo à questão de pesquisa — como a escola pública pode atuar como espaço de pertencimento e transformação social para crianças em situação de vulnerabilidade, por meio de práticas educativas estruturadas em regras, vínculos afetivos e parcerias institucionais — conclui-se que investir na escola enquanto território de pertencimento, respeito e justiça é apostar em sociedade solidária e democrática. Como lembra Freire (1996, p. 84), “a educação não transforma o mundo. Educação muda pessoas. Pessoas transformam o mundo.” É por meio dessas pessoas, alunos, professores, gestores e famílias, que seguimos rompendo ciclos de exclusão e plantando as sementes de um futuro mais humano e equitativo.

Referências

ADORNO, Theodor W. Educação e emancipação. In: MINIMA MORALIA: **reflexões a partir da vida danificada**. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.,

BRASIL. Lei nº 13.935, de 11 de dezembro de 2019. Dispõe sobre a atuação de psicólogos e assistentes sociais na rede pública de educação básica. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 12 dez. 2019.

BRASIL. BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR – BNCC. Ministério da Educação. Brasília, 2017.

BRASIL. Lei n.º 15.100, de 13 de janeiro de 2025. Dispõe sobre a utilização de aparelhos eletrônicos portáteis pessoais por estudantes da educação básica nas instituições de ensino. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 14 jan. 2025.

FREINET, Célestin. **Educação e cooperação**: os fundamentos do método Freinet. São Paulo: Ática, 1987.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

MONTESSORI, Maria. **A criança**: o segredo da infância. São Paulo: Cosac Naify, 1996.

PIAGET, Jean. O juízo moral na criança. São Paulo: Summus, 1997.

SÃO PAULO. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Resoluções SEDUC nº 48 e 49, de 2019**. Instituem o Programa CONVIVA SP – Convivência e Colaboração nas escolas públicas estaduais.

TEIXEIRA, Anísio. **Educação e democracia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

VYGOTSKY, Lev S. **A formação social da mente**: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. São Paulo: Martins Fontes, 1998.